

Plantas medicinais e fitoterápicos: avaliação do conhecimento de acadêmicos de Farmácia em uma instituição de ensino superior do Norte de Minas Gerais**Medicinal Plants and Phytotherapeutics: Assessment of Pharmacy Students' Knowledge at a Higher Education Institution in Northern Minas Gerais****Plantas Medicinales y Fitoterapéuticos: Evaluación del Conocimiento de Estudiantes de Farmacia en una Institución de Educación Superior del Norte de Minas Gerais**

DOI: 10.5281/zenodo.17225342

Recebido: 23 set 2025

Aprovado: 27 set 2025

Thiago Alves Xavier dos Santos

Doutorando em Biotecnologia

Instituição de formação: Universidade Estadual de Montes Claros

Endereço: Montes Claros –Minas Gerais, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1922-2490>

E-mail: thiagoax.17@gmail.com

Bárbara Kellen Antunes Borges

Doutora em Ciência Animal

Instituição de formação: Universidade Federal de Minas Gerais

Endereço: Montes Claros–Minas Gerais, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8585-1004>

E-mail: biakborges@hotmail.com

Maximino Alencar Bezerra Júnior

Doutor em Neurociências

Instituição de formação: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Montes Claros–Minas Gerais, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4938-161X>

E-mail: maximino.bezerra@funorte.edu.br

Eurislene Moreira Antunes Damasceno

Doutoranda em Biotecnologia

Instituição de formação: Universidade Estadual de Montes Claros

Endereço: Montes Claros–Minas Gerais, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6381-7531>

E-mail: lene.euris@yahoo.com.br

RESUMO

O uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos tem se consolidado como prática terapêutica de relevância cultural e crescente interesse científico. No entanto, lacunas persistem no conhecimento de futuros profissionais da saúde, especialmente no que se refere às políticas públicas e normativas que regulamentam seu uso no Brasil. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e as percepções de acadêmicos de Farmácia de uma instituição privada do município de Montes Claros – MG sobre plantas medicinais, medicamentos fitoterápicos, políticas nacionais e regulamentações associadas. Trata-se de um estudo observacional, descritivo,

quantitativo e transversal, realizado com 132 estudantes de ambos os sexos, mediante aplicação de questionário semiestruturado. Os dados foram analisados por estatística descritiva. Os resultados revelaram predomínio do sexo feminino (65,9%) e da faixa etária entre 18 e 28 anos (78,0%). Verificou-se que 65,9% dos acadêmicos souberam diferenciar plantas medicinais de medicamentos fitoterápicos, enquanto 93,2% relataram já ter utilizado tais recursos. Apesar dessa aceitação expressiva, o conhecimento sobre políticas e normativas mostrou-se limitado: apenas 29,5% conheciam a PNPIIC, 22,0% a PNPMF, 21,2% o Programa Farmácia Viva, 35,6% a Resolução nº 546/2011 e 31,1% a RDC nº 26/2014. Conclui-se que, embora haja ampla receptividade ao uso de fitoterápicos, permanecem deficiências no domínio técnico-científico e regulatório, reforçando a necessidade de maior inserção da fitoterapia nos currículos acadêmicos para a formação de profissionais capacitados ao uso racional e seguro desses recursos.

Palavras-chave: Fitoterapia; Plantas medicinais; Políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

The use of medicinal plants and herbal medicines has been consolidated as a therapeutic practice of cultural relevance and growing scientific interest. However, gaps persist in the knowledge of future health professionals, especially regarding public policies and regulations that govern their use in Brazil. In this context, the present study aimed to analyze the knowledge and perceptions of Pharmacy students from a private institution in Montes Claros – MG, Brazil, about medicinal plants, herbal medicines, national policies, and related regulations. This is an observational, descriptive, quantitative, and cross-sectional study, conducted with 132 students of both sexes, using a semi-structured questionnaire. Data were analyzed through descriptive statistics. The results showed a predominance of female participants (65.9%) and the age group between 18 and 28 years (78.0%). It was found that 65.9% of students were able to differentiate medicinal plants from herbal medicines, while 93.2% reported having already used such resources. Despite this broad acceptance, knowledge about policies and regulations proved to be limited: only 29.5% were aware of the PNPIIC, 22.0% of the PNPMF, 21.2% of the Farmácia Viva Program, 35.6% of Resolution No. 546/2011, and 31.1% of RDC No. 26/2014. It is concluded that, although there is wide receptivity to the use of herbal medicines, deficiencies remain in technical-scientific and regulatory knowledge, reinforcing the need for greater inclusion of phytotherapy in academic curricula to train professionals qualified for the rational and safe use of these resources.

Keywords: Phytotherapy; Medicinal plants; Public health policies.

RESUMEN

El uso de plantas medicinales y medicamentos fitoterapéuticos se ha consolidado como una práctica terapéutica de relevancia cultural y de creciente interés científico. Sin embargo, persisten vacíos en el conocimiento de los futuros profesionales de la salud, especialmente en lo que respecta a las políticas públicas y normativas que regulan su uso en Brasil. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar el conocimiento y las percepciones de estudiantes de Farmacia de una institución privada del municipio de Montes Claros – MG, Brasil, sobre plantas medicinales, fitoterápicos, políticas nacionales y normativas asociadas. Se trata de un estudio observacional, descriptivo, cuantitativo y transversal, realizado con 132 estudiantes de ambos sexos, mediante la aplicación de un cuestionario semiestructurado. Los datos fueron analizados mediante estadística descriptiva. Los resultados mostraron un predominio del sexo femenino (65,9%) y del grupo etario entre 18 y 28 años (78,0%). Se verificó que el 65,9% de los estudiantes supo diferenciar plantas medicinales de medicamentos fitoterapéuticos, mientras que el 93,2% refirió haber utilizado estos recursos. A pesar de esta amplia aceptación, el conocimiento sobre políticas y normativas resultó limitado: solo el 29,5% conocía la PNPIIC, el 22,0% la PNPMF, el 21,2% el Programa Farmacia Viva, el 35,6% la Resolución nº 546/2011 y el 31,1% la RDC nº 26/2014. Se concluye que, aunque existe una gran receptividad hacia el uso de fitoterápicos, persisten deficiencias en el conocimiento técnico-científico y normativo, lo que refuerza la necesidad de una mayor inclusión de la fitoterapia en los planes de estudio para formar profesionales capacitados en el uso racional y seguro de estos recursos.

Palabras clave: Fitoterapia; Plantas medicinales; Políticas de salud pública.

1. INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais e de medicamentos fitoterápicos ocupa um espaço de destaque na saúde pública brasileira, influenciado por fatores culturais, pela ampla biodiversidade e por políticas de incentivo ao uso racional de terapias integrativas. Globalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 80% da população utilize algum recurso fitoterápico no cuidado em saúde (OMS, 2023). No Brasil, esse cenário é fortalecido por políticas nacionais como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que buscam ampliar o acesso da população a esses recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Villas Bôas; Santos; Rezende, 2023).

Entre os programas estruturantes destaca-se a Farmácia Viva, que visa o cultivo, a manipulação e a dispensação de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, de forma padronizada e segura. Apesar de sua relevância, estudos recentes demonstram que sua implementação ainda enfrenta entraves, como fragilidade de financiamento, baixa divulgação e insuficiente capacitação profissional (Camargo *et al.*, 2023; Julião, 2024). Essa realidade compromete a consolidação de uma política pública capaz de articular o uso culturalmente difundido das plantas medicinais com práticas clínicas baseadas em evidências.

Outro aspecto essencial refere-se à regulamentação normativa que orienta a prescrição e o registro de fitoterápicos no Brasil. A Resolução nº 546/2011 estabelece a indicação farmacêutica de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição, definindo parâmetros técnicos para assegurar a segurança e a eficácia desses produtos. Já a RDC nº 26/2014 dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos, estabelecendo critérios de qualidade e vigilância sanitária para sua comercialização. Entretanto, estudos recentes apontam que o conhecimento sobre essas normativas é limitado entre acadêmicos e até mesmo entre profissionais da saúde, o que gera lacunas na prática clínica e fragiliza a adesão às diretrizes regulatórias (Chmiel; Silva, 2023; Leite *et al.*, 2024).

Na formação acadêmica, a fitoterapia ainda é frequentemente abordada de forma fragmentada, com baixa integração entre saberes tradicionais, evidências científicas e legislações vigentes. Essa lacuna contrasta com a ampla aceitação social do uso de plantas medicinais e a demanda crescente por sua integração formal no cuidado em saúde (Da Silva *et al.*, 2023; Ferreira *et al.*, 2025). Nesse sentido, avaliar o conhecimento e as percepções de estudantes de Farmácia sobre plantas medicinais, fitoterápicos, políticas públicas e regulamentações torna-se essencial para identificar fragilidades curriculares e apontar caminhos para o fortalecimento da formação acadêmica (Medeiros *et al.*, 2021; Oliveira; Souza, 2025).

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar o conhecimento de acadêmicos de Farmácia de uma instituição privada de ensino superior do município de Montes Claros – MG acerca do uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como observacional, descritivo, análise quantitativo e transversal. Realizado em uma instituição privada de ensino superior da cidade de Montes Claros – Minas Gerais. Este município se caracteriza por ser polo em Educação e em Saúde da região norte de Minas Gerais, sendo considerada a quinta maior cidade do estado em termos de população, com 414.240 habitantes (Borges *et al.*, 2025).

A população do estudo foi constituída por 132 acadêmicos do curso de graduação em Farmácia, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 50 anos, regularmente matriculados, que aceitaram a participar voluntariamente e preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada após a autorização da diretoria da instituição por meio do Termo de Consentimento da Instituição (TCI). O instrumento utilizado para coleta do foi um questionário semiestruturado, adaptado do estudo de Damasceno (2016), que abordava características do entrevistado como idade, sexo, conhecimento sobre a diferença entre planta medicinal e medicamento fitoterápico. Foi verificado ainda sobre conhecimento dos acadêmicos em relação a PNPIc e a PNPMF no SUS, sobre o programa Farmácia Viva e ainda sobre a Resolução de nº 546/ 2011 que dispõe da indicação farmacêutica de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição. Esse questionário foi aplicado durante os meses de setembro e outubro de 2017.

Os dados coletados foram analisados e interpretados usando estatísticas descritivas com o auxílio do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS® versão 23.0) e os resultados foram apresentados em forma de médias e frequências.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS, sob o parecer de número 1.698.588, sendo respeitados todos os critérios exigidos pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que normatiza pesquisas em seres humanos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados sociodemográficos mostrou que, entre os 132 acadêmicos participantes, predominou o sexo feminino (65,9%). Observou-se, ainda, que a maior parte dos estudantes (78,0%) se encontrava na faixa etária de 18 a 28 anos (Tabela 1). Esses resultados estão em consonância com os

achados de Dos Santos (2021), que identificou, em estudo com acadêmicos de Farmácia em São Paulo -SP, maior prevalência do sexo feminino (74,6%) e concentração de 67,0% dos participantes entre 18 e 27 anos. Tais dados refletem um perfil recorrente na formação superior brasileira, marcado pela predominância de jovens adultos e pela maior inserção feminina no ensino superior, fenômeno também destacado por Nobrega *et al.* (2017). Estudos recentes apontam que esse movimento resulta de fatores estruturais e socioculturais, além de políticas públicas de expansão do acesso à educação, que favoreceram o ingresso precoce e ampliaram a participação feminina em cursos da área da saúde (Leite et al., 2024; Ferreira et al., 2025).

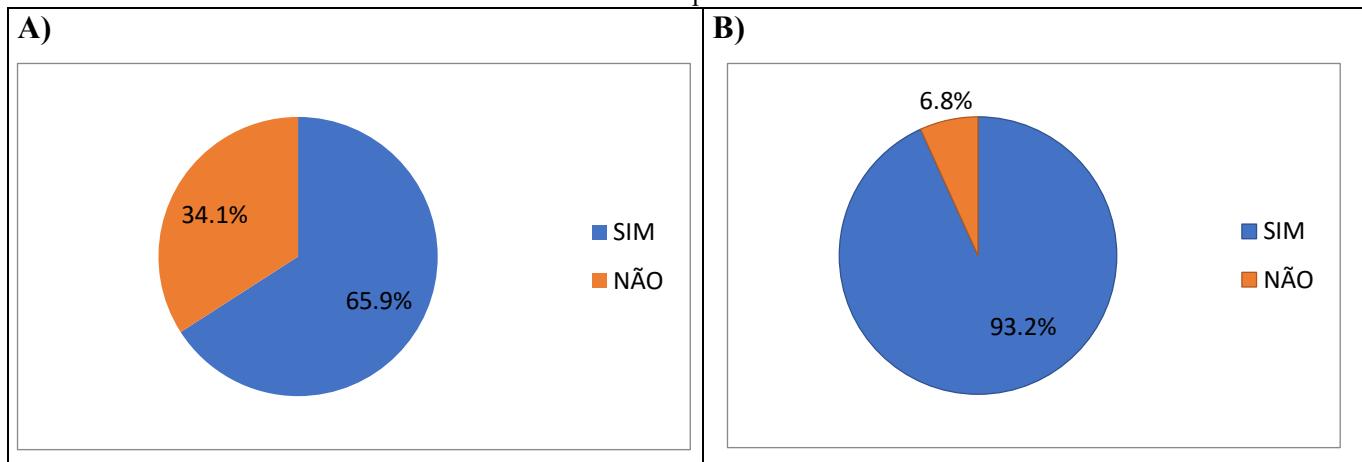
Tabela 1. Distribuição dos dados sociodemográfico (sexo e faixa etária) dos acadêmicos de Farmácia de uma instituição privada de ensino superior em Montes Claros – MG.

Variáveis		n	%
Sexo	Masculino	45	34,1%
	Feminino	87	65,9%
Faixa etária	18 a 28 anos	103	78,0%
	29 a 39 anos	24	18,2%
	40 a 50 anos	5	3,8%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere ao conhecimento conceitual, 65,9% dos acadêmicos souberam diferenciar planta medicinal de medicamento fitoterápico (Figura 1A), demonstrando domínio relevante sobre noções fundamentais da área. No entanto, em estudo realizado com estudantes de Nutrição em Florianópolis – SC, esse percentual foi substancialmente inferior, visto que apenas 11,1% souberam distinguir entre fitoterápicos e plantas medicinais (Schwarz; Araujo, 2023). Essa discrepância evidencia que o conhecimento relacionado às PICS, incluindo o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, apresenta variações importantes a depender do curso de graduação, do contexto regional e da abordagem pedagógica adotada na formação. Nesse sentido, Vieira *et al.* (2025) ressaltam a necessidade de incorporar de forma mais sistemática tais conteúdos nos currículos da área da saúde, de modo a promover uma formação mais ampla e crítica, capaz de preparar futuros profissionais para a atuação em consonância com as políticas públicas vigentes e com a crescente demanda da população por essas práticas terapêuticas.

Figura 1. Respostas dos acadêmicos de Farmácia de uma instituição privada de ensino superior em Montes Claros – MG sobre: A) Diferença entre plantas medicinais e medicamento fitoterápico. B) Utilizou/utiliza plantas medicinais ou fitoterápicos?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao uso, 93,2% dos participantes relataram já ter utilizado ou ainda utilizam plantas medicinais e/ou fitoterápicos (Figura 1B). Esses achados corroboram resultados de Iukava *et al.* (2021), que identificaram 60,9% de uso entre estudantes de Farmácia do Sul do Brasil. Complementando achados do presente estudo, Santos *et al.* (2019) relataram a citação de mais de 15 espécies vegetais utilizadas por acadêmicos de Farmácia, destacando-se a erva-doce (*Pimpinella anisum*), a babosa (*Aloe vera*) e o boldo (*Plectranthus barbatus Andrews*) como as mais frequentemente mencionadas. Esses dados evidenciam não apenas a difusão cultural do uso de plantas medicinais, mas também a necessidade de aprofundar a formação acadêmica acerca da segurança, eficácia e racionalidade no emprego dessas terapias.

No que diz respeito ao conhecimento das políticas públicas, constatou-se que apenas 29,5% dos acadêmicos conheciam a PNPIc no SUS (Tabela 2). Esse percentual é substancialmente inferior ao reportado por Oliveira e Souza (2025), que identificaram 89,3% de reconhecimento da política entre estudantes de Fisioterapia em Salvador. Diferenças metodológicas, curriculares e institucionais podem explicar essa discrepância. Estudos apontam que a ausência de conteúdos formais sobre práticas integrativas compromete a articulação entre teoria e prática nos serviços de saúde, reforçando a necessidade de sua inclusão na formação inicial (Medeiros *et al.*, 2021; Ferreira *et al.*, 2025).

Tabela 2. Conhecimento e percepções sobre as políticas, programas e regulamentações ao uso de plantas medicinais e de fitoterápicos no SUS por acadêmicos de Farmácia de uma instituição privada de ensino superior em Montes Claros – MG.

Variáveis		n	%
<i>Você conhece a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS)?</i>	Sim	39	29,5%
	Não	93	70,5%
<i>Você conhece a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), aprovada por meio do Decreto N° 5.813/2006?</i>	Sim	29	22,0%
	Não	103	78,0%
<i>Você gostaria que fosse receitado e fornecido plantas medicinais como forma de terapêutica na rede pública de saúde?</i>	Sim	115	87,1%
	Não	17	12,9%
<i>Você conhece o Programa Farmácia Viva?</i>	Sim	28	21,2%
	Não	104	78,8%
<i>Você conhece a resolução de nº 546 de 21 de julho de 2011 onde dispõe da indicação farmacêutica de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro?</i>	Sim	47	35,6%
	Não	85	64,4%
<i>Você conhece a RDC nº 26/2014 que regulamenta o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos no Brasil?</i>	Sim	41	31,1%
	Não	91	68,9%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à PNPMF, o conhecimento foi ainda menor, alcançando apenas 22,0% dos acadêmicos (Tabela 2). Dados semelhantes foram descritos por Ferreira et al. (2025), que identificaram 18,2% de conhecimento entre estudantes de cursos da saúde. Isso sugere fragilidades na abordagem curricular e maior dependência de saberes empíricos ou familiares. Villas Bôas, Santos e Rezende (2023) defendem que a inserção efetiva da PNPMF nos cursos de graduação e em programas de educação continuada pode ampliar a competência técnica, promovendo maior segurança e racionalidade no aconselhamento sobre o uso de fitoterápicos.

Apesar das lacunas de conhecimento, observou-se ampla aceitação quanto à prescrição e ao fornecimento de plantas medicinais na rede pública de saúde, com 87,1% dos acadêmicos posicionando-se favoravelmente (Tabela 2). Esse resultado converge com achados recentes que apontam ampla demanda social e boa receptividade entre futuros profissionais de saúde (Da Silva et al., 2023). Estudos com estudantes de Farmácia e outros cursos da área registraram percepção favorável em relação à fitoterapia e interesse em sua integração ao cuidado formal, embora concomitantemente tenham identificado lacunas de formação e diferenças entre conhecimento conceitual e preparo técnico para prescrição (Leite et al., 2024).

Sobre o Programa Farmácia Viva, apenas 21,2% dos acadêmicos relataram conhecê-lo (Tabela 2). Essa proporção, bastante inferior ao uso disseminado de plantas medicinais no Brasil, reflete dificuldades de implementação do programa, frequentemente prejudicado por entraves burocráticos, escassez de financiamento e estratégias de divulgação limitadas (Carnevale, 2018; Julião, 2024). Estudos recentes apontam que, apesar da retomada dos esforços do Ministério da Saúde para expandir as Farmácias Vivas, ainda persiste a necessidade de maior investimento em capacitação profissional, inserção curricular e campanhas educativas (Pedroso, Andrade, Pires, 2021; Camargo et al., 2023). Assim, a baixa familiaridade

dos estudantes com o programa reforça a urgência de estratégias que aproximem a formação acadêmica das políticas públicas.

No que diz respeito à Resolução nº 546/2011, que regulamenta a indicação farmacêutica de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição, apenas 35,6% dos acadêmicos afirmaram conhecê-la (Tabela 2), o que aponta para um déficit relevante de conhecimento regulatório entre futuros profissionais. Achados recentes semelham a esses dados e indicam que tanto estudantes quanto farmacêuticos apresentam entendimento limitado sobre normas e práticas relacionadas a fitoterápicos, em parte por fragilidades na formação acadêmica e na oferta de capacitação específica exigida pela própria resolução, o que compromete a segurança e a prática clínica racional (Chmiel; Silva, 2023). Sendo assim, é urgente incorporar conteúdo prático sobre a regulação e indicação farmacêutica de plantas medicinais nos currículos e programas de extensão, bem como promover visitas educativas e educação continuada dirigidas a estudantes e profissionais, para aumentar o conhecimento, a adesão às normas e a segurança no uso de fitoterápicos (Chmiel; Silva, 2023).

No que concerne à Resolução nº 546/2011, apenas 35,6% dos participantes afirmaram conhecê-la (Tabela 2). Dados semelhantes foram relatados por Chmiel e Silva (2023), que identificaram baixo entendimento de normas regulatórias entre farmacêuticos e estudantes, o que pode comprometer a segurança clínica. Isso reforça a importância de inserir conteúdos práticos sobre legislação e prescrição de fitoterápicos nos currículos acadêmicos e em programas de extensão. Por sua vez, no tocante à RDC nº 26/2014, apenas 31,1% dos acadêmicos declararam conhecimento (Tabela 2), evidenciando lacuna crítica na compreensão da legislação que regula o registro e a notificação de produtos fitoterápicos no Brasil. Estudos recentes revelam um padrão consistente: valorização cultural e alta aceitação do uso de plantas medicinais, contrastando com limitada familiaridade normativa e insegurança quanto a critérios de qualidade e farmacovigilância (Marcelino *et al.*, 2021; Iukava *et al.*, 2021; Leite *et al.*, 2024). Tal cenário pode comprometer a prática profissional segura e aponta para a necessidade urgente de maior integração de aspectos regulatórios na formação acadêmica.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que, embora os acadêmicos de Farmácia demonstrem ampla aceitação e elevado uso de plantas medicinais e fitoterápicos, ainda apresentam limitações significativas quanto ao conhecimento das políticas públicas, programas institucionais e normativas que regulamentam o uso seguro desses recursos, como a PNPIc, PNPMF, Farmácia Viva, Resolução nº 546/2011 e RDC nº 26/2014. Essa

discrepância revela um cenário no qual a prática cultural se mantém forte, mas o domínio técnico-científico e normativo permanece insuficiente.

Os achados reforçam a importância de ampliar a abordagem da fitoterapia nos currículos acadêmicos, não apenas no campo conceitual, mas também em sua dimensão regulatória e clínica. Estratégias pedagógicas que integrem teoria e prática, aliadas a estágios, programas de extensão e ações educativas, podem contribuir para consolidar competências necessárias ao exercício profissional qualificado.

Conclui-se, portanto, que investir na formação acadêmica voltada à fitoterapia é fundamental para alinhar os saberes populares às evidências científicas e às normativas vigentes, garantindo uma prática clínica segura, eficaz e em consonância com as políticas públicas de saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

BORGES, Bárbara Kellen Antunes *et al.* Perfil sociodemográfico, sintomas e medicamentos utilizados na COVID-19. **Journal of Social Issues and Health Sciences**, v. 2, n. 1, 1-13, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14710673.

CAMARGO, Ely Eduardo Saranz *et al.* Avaliação situacional dos programas brasileiros de farmácias vivas. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, e0312340264, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.40264>.

CARNEVALE, Renata Cavalcanti *et al.* **Fronteiras da implantação e implementação da Farmácia Viva no Brasil.** 2018. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2018.

CHMIEL, Eduardo; SILVA, Claudinei Mesquita da. Prescrição de fitoterápicos sob a ótica farmacêutica. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 11, e117121143746, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i11.43746>.

DA SILVA, Alciellen Mendes *et al.* Use of medicinal plants during COVID-19 pandemic in Brazil. **Scientific reports**, v. 2, n.13, e.16558, 2023. DOI: 10.1038/s41598-023-43673-y

DAMASCENO, Eurislene Moreira Antunes. **Fitoterapia e Profissionais da Saúde na Estratégia da Saúde da Família.** 2016. Dissertação. (Mestrado em Cuidado Primário em Saúde). Universidade Estadual de Montes Claros – MG, 2016.

DOS SANTOS, Jaqueline Rocha Borges. Anxiety prevalence among Pharmacy students during academic performance assessments in a private University in São Paulo, Brazil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e25610212526, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12526

FERREIRA, Larissa Rafaela de Paula *et al.* Plantas medicinais frente a doenças infecciosas: percepção do uso por universitários da área de saúde. **Revista Contexto & Saúde**, v. 25, n. 50, e15086, 2025. DOI: 10.21527/2176-7114.2025.50.15086

IUKAVA, Lidia Kazue *et al.* Avaliação do conhecimento de acadêmicos de Farmácia sobre plantas medicinais e fitoterápicos. **Archives of Health Investigation**, v. 10, n. 7, p. 1134–1140, 2021. DOI: 10.21270/archi.v10i7.5220.

JULIÃO, Raícia Caroline de Souza. **Análise da implementação de projetos de Farmácias Vivas no Brasil**. 2024. Dissertação. (Mestrado em Ciências Farmacêuticas). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2024.

LEITE, Paula *et al.* Avaliação do conhecimento e percepção de estudantes de farmácia sobre a fitoterapia em uma universidade pública, Brasil. **Revista Fitos**, v. 18, n. Supl. 2, p. e1508, 2024. DOI: 10.32712/2446-4775.2023.1508

MARCELINO, Evanilza Maria *et al.* Conhecimentos e práticas sobre fitoterapia entre graduandos da área da saúde: Um estudo transversal. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e24110918013, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18013

MEDEIROS, Natasha Teixeira *et al.* Complementary and Integrative Medicine in academic health education. **Complementary Therapies in Medicine**, v. 63, e 102785, 2021. DOI: 10.1016/j.ctim.2021.102785

NÓBREGA, Jackson Silva *et al.* Avaliação do conhecimento etnobotânico e popular sobre o uso de plantas medicinais junto a alunos de graduação. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 07-13, 2017. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/4701/4072>

OLIVEIRA, Tarsila Viana; SOUZA, Marcelo Peixoto. Conhecimento dos acadêmicos de Fisioterapia acerca das Práticas Integrativas Complementares em Saúde em uma universidade pública. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, v. 6, p. e14058-e14058, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14780806

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Traditional medicine: Questions and answers**. Genebra: WHO; 9 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/traditional-medicine>. Acesso em: [17 set 2025].

PEDROSO, Reginaldo dos Santos; ANDRADE, Géssica; PIRES, Regina Helena. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 02, e310218, 2021. DOI: 10.1590/S0103-73312021310218.

SANTOS, Thiago Alves Xavier dos *et al.* Conhecimento e uso de plantas medicinais por acadêmicos do curso de Farmácia. **Revista Visão Acadêmica**, v. 20, n. 2, 17-28, 2019. DOI: 10.5380/acd.v20i2.65783

SCHWARZ, Karina Campos; ARAUJO, Marília Costa de. Conhecimento sobre fitoterapia por estudantes de Nutrição de uma universidade da Grande Florianópolis. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 14, n.1, 1-15, 2023. DOI: 10.47320/rasbran.2023.2529

VIEIRA, Lilian Cardoso *et al.* Atuação do nutricionista em fitoterapia, alimentos com alegações de propriedades funcionais e saúde e compostos bioativos. **Revista De Nutrição**, v. 38, e240109, 2025. DOI: 10.1590/1678-9865202538e240109pt

VILAS BÔAS, Glauco de Kruse; SANTOS, Jefferson Pereira Caldas dos, REZENDE, Mayara de Azeredo. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada. **Revista Fitos**, v. 17, n. Supl. 1, p. 01–60, 2023. DOI: 10.32712/978-65-980644-0-2